

*Português***Exortação à guerra (pela sociologia portuguesa)****Augusto Santos Silva**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP)

Resumo

A institucionalização da sociologia em Portugal fez-se já no quadro da democracia. Isso ajuda a compreender os traços que marcam e singularizam a sociologia portuguesa, como o pluralismo, a diversidade, o multilinguismo ou a interdisciplinaridade. Todos permitiram que a disciplina se desenvolvesse de forma muito rápida, intensa e inclusiva. Mas, hoje, enfrentamos uma ameaça: a subordinação à lógica puramente quantitativa e burocrática das regras de recrutamento e promoção de docentes e investigadores, de financiamento de projetos e de publicação de textos científicos. Essa lógica pode destruir a liberdade e a diversidade tão características da sociologia portuguesa. É, portanto, indispensável combatê-la.

Palavras-chave: Sociologia Portuguesa; Democracia; Ameaça.*English***Exhortation to war (for Portuguese sociology)****Abstract**

The institutionalisation of sociology in Portugal took place within the framework of democracy. This helps to understand the traits that mark and singularise Portuguese sociology, such as pluralism, diversity, multilingualism and interdisciplinarity. All of these have allowed the discipline to develop very quickly, intensively and inclusively. But today we face a threat: the subordination to the purely quantitative and bureaucratic logic of the rules for recruiting and promoting teachers and researchers, funding projects and publishing scientific texts. This logic can destroy the freedom and diversity that are so characteristic of Portuguese sociology. It is therefore essential to combat it.

Keywords: Portuguese Sociology; Democracy; Threat.*Français***Exhortation à la guerre (pour la sociologie portugaise)****Résumé**

L'institutionnalisation de la sociologie au Portugal s'est faite dans le cadre de la démocratie. Cela permet de comprendre les traits qui marquent et singularisent la sociologie portugaise, tels que le pluralisme, la diversité, le multilinguisme et l'interdisciplinarité. Tous ces éléments ont permis à la discipline de se développer très rapidement, de manière intensive et inclusive. Mais aujourd'hui, nous sommes confrontés à une menace : la subordination à la logique purement quantitative et

bureaucratique des règles de recrutement et de promotion des enseignants et des chercheurs, de financement des projets et de publication des textes scientifiques. Cette logique peut détruire la liberté et la diversité qui caractérisent la sociologie portugaise. Il est donc essentiel de la combattre.

Mots-clés: Sociologie portugaise; Démocratie; Menace.

Español

Exhortación a la guerra (para la sociología portuguesa)

Resumen

La institucionalización de la sociología en Portugal tuvo lugar en el marco de la democracia. Esto ayuda a comprender los rasgos que marcan y singularizan la sociología portuguesa, como el pluralismo, la diversidad, el multilingüismo y la interdisciplinariedad. Todo ello ha permitido que la disciplina se desarrolle de forma muy rápida, intensa e inclusiva. Pero hoy nos enfrentamos a una amenaza: la subordinación a la lógica puramente cuantitativa y burocrática de las normas de contratación y promoción de profesores e investigadores, de financiación de proyectos y de publicación de textos científicos. Esta lógica puede destruir la libertad y la diversidad tan características de la sociología portuguesa. Por lo tanto, es esencial combatirla.

Palabras clave: Sociología portuguesa; Democracia; Amenaza.

1.

O desenvolvimento da sociologia em Portugal está diretamente associado à transição para a democracia¹. Antes do 25 de Abril, havia certamente alguma tradição de pensamento social, designadamente de matriz conservadora, e havia, sobretudo, boa produção sociológica no então Gabinete de Investigações Sociais, sob a direção pioneira e informada de Adérito Sedas Nunes. Aí germinou o que se poderia designar como a primeira escola sociológica portuguesa. Mas o contexto político e académico era em tudo o mais radicalmente desfavorável, senão mesmo fanaticamente hostil à investigação científica, independente e crítica, sobre a sociedade.

Foi ao longo da segunda metade dos anos de 1970 e na década seguinte que se institucionalizou o campo disciplinar da sociologia: a pesquisa, o ensino, a fileira

¹ O texto constitui o desenvolvimento da intervenção no colóquio "O 25 de Abril e a institucionalização da sociologia em Portugal", organizado, em 27 de setembro de 2024, pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

académica, a emergência de um perfil e carreira profissional, o associativismo, a entrada na administração pública, no terceiro setor e nas empresas, a influência no espaço público, a resposta à procura social de conhecimento. Muitas características centrais do campo têm justamente a ver com esta imbricação entre a consolidação do regime democrático e a afirmação e reconhecimento da sociologia portuguesa. Sem a preocupação de ser exaustivo, lembro a diversidade, o multilinguismo, o pluralismo, o ecletismo, a interdisciplinaridade, a autonomia.

A primeira vaga do processo de institucionalização foi protagonizada por sociólogos e sociólogos formados no estrangeiro (muitas vezes, na condição de exilados), e por investigadores trabalhando em Portugal cujas formações iniciais eram o direito, a economia, a história ou as então chamadas filologias. Mesmo na segunda vaga – a que pertencço –, ou seja, entre aqueles cuja formação se fez já sob a direção desses primeiros protagonistas, continuava a encontrar-se licenciados em direito, humanidades, outras ciências sociais ou, até, engenharia; o que se compreende, porque é sempre demorado o percurso de implementação de ensino graduado e pós-graduado numa área em que quase nada havia a relevar antes de 1974. A diversidade era, pois, a marca das formações intelectuais, fosse em razão desta variedade de bases científicas, fosse em virtude da diferenciação dos países e sistemas universitários que haviam acolhido os homens e as mulheres com qualificação no exterior, ou de onde provinham os professores estrangeiros que se radicaram entre nós depois de 1974: França, Itália, Suíça, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, Chile...

O multilinguismo era outra marca de água. Qualquer dos protagonistas da constituição do campo sociológico português dominava o francês, o inglês e o espanhol, e a essa base comum alguns acrescentavam o italiano, o alemão ou o neerlandês. Ponto muito importante, não por qualquer pretensiosismo aristocrático, mas outrossim porque, numa época e numa disciplina sem massa crítica para a edição sistemática de traduções, dominar, pelo menos como leitor, várias línguas significava aceder e frequentar múltiplas tradições e perspectivas teóricas.

Isso, em conjunto com a característica democrática do processo de institucionalização do campo académico e científico (sem hierarquias excessivas e poderes ilimitados), deu azo ao pluralismo que tão tipicamente pontuou a nossa sociologia. Marxistas e weberianos, racionalistas e pós-modernos, dogmáticos e heterodoxos, paladinos do pensamento crítico e eruditos convencionais, discípulos de Althusser, Touraine, Habermas, Giddens, Bourdieu, Luhmann, Hobsbawm ou Poulantzas (só para citar alguns), todos couberam (e cabem) nas escolas e centros de investigação. Uma sociologia de pendor sobretudo analítico e outra sustentando a inevitabilidade da combinação entre conhecimento e ideologia, uma sociologia mais distanciada e outra mais engajada, puderam prosseguir um debate que, por vezes, atingiu grande intensidade, mas que nunca se negou nem resolveu por via do ostracismo ou da exclusão.

Mais: esta possibilidade material de contacto com diversas teorias e metodologias sociológicas foi um dos fatores que conduziram a um certo ecletismo, visível em várias escolas e obras. Uso, evidentemente, a palavra sem nenhuma conotação negativa, referindo-me à capacidade de comparar, contrastar e testar diversas abordagens, com suficiente abertura para poder tirar partido de interinfluências e compensações recíprocas. (Já tentei crismar este caminho como “análise pluriperspectivada”, mas o termo não pegou...).

A interdisciplinaridade é outro traço fundamental da sociologia portuguesa, o que naturalmente se deve à já referida diversidade de habilitações iniciais, na geração fundadora, mas também decorre de uma atitude deliberada: a opção pelo entendimento abrangente do campo das ciências sociais e pela prática regular de uma relação de proximidade e mútua fecundação entre elas. Estudantes e investigadores foram incentivados a ler livros e artigos de outras disciplinas e, nos congressos, eram regularmente convidados e escutados os especialistas delas oriundos. A interrelação da sociologia, da história, da geografia humana, da antropologia, das múltiplas correntes económicas atentas aos contextos socioinstitucionais, da psicologia social, da ciência política, foi vincadamente defendida e praticada.

Ao mesmo tempo, o processo de institucionalização da sociologia em Portugal, seja na vertente académica, seja na, digamos, profissional, foi comandado por uma lógica de afirmação da autonomia da linguagem e da cultura científica, face ao discurso ideológico e face às intervenções pragmáticas. O que não significava negação dos laços (estreitos e complexos) que ligam a dimensão analítica, a dimensão normativa e a dimensão prática do conhecimento e da ação social; queria, isso sim, dizer que a sociologia, como ciência social que era, não era “função” de qualquer outra ordem, a que tivesse de subordinar-se, e definia, ela própria, as condições de criação, escrutínio, codificação, acumulação, divulgação, aprendizagem e aplicação do seu saber.

2.

Julgo não estar a idealizar essa fase pioneira, como todas certamente luminosa e entusiasmante. Pertencendo à segunda geração, que chegou um pouco mais tarde, fui não só testemunha como beneficiário direto de todas as marcas que atrás repertoriei. Claro que tive o privilégio de trabalhar, como colega júnior na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e subsequentemente como seu orientando de doutoramento, com um dos mais consistentes, disponíveis e coerentes membros do grupo fundador: José Madureira Pinto. Mas a verdade é que ele próprio provinha da escola do Gabinete de Investigações Sociais e, por seu intermédio, pude interagir e aprender com outros igualmente sólidos e igualmente abertos à diversidade e ao pluralismo científico, como (só para citar dois que me foram e são especialmente próximos) João Ferreira de Almeida e Maria de Lourdes Lima dos Santos; assim como tirei partido da obra e do exemplo de vários colegas cuja formação sociológica se tinha feito no estrangeiro (como António Barreto, Ana Benavente, Hermínio Martins, Manuel Villaverde Cabral ou Boaventura de Sousa Santos) e de estrangeiros que então aportavam à academia portuguesa (especialmente Raúl Iturra e Robert Rowland). Encontrei ainda vários companheiros no percurso que conduzia de outras disciplinas para a sociologia, tais como José Manuel Sobral, José Machado Pais ou João Arriscado Nunes, ou já dela vinham, como Carlos Fortuna, com eles e muitos

outros formando uma espécie de ponte entre a geração pioneira e aquela que viria a afirmar-se como, se a expressão me é permitida, plenamente sociológica (a de António Firmino da Costa, Ana Nunes de Almeida, Rui Pena Pires, Fernando Luís Machado, Maria de Lurdes Rodrigues, Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres, Luís Baptista, João Teixeira Lopes, Elísio Estanque e tantos mais). Neste percurso, a caminhada fazia-se ombro a ombro com investigadores da realidade portuguesa cuja diferentes filiações disciplinares eram vistas e rentabilizadas como enriquecimento necessário e pertinente: os economistas José Reis e António Manuel Figueiredo, os antropólogos João Pina-Cabral, Joaquim Pais de Brito, Brian O'Neill e (já citado) José Manuel Sobral, os geógrafos João Ferrão e Jorge Gaspar, os historiadores Jaime Reis, Romero de Magalhães, David Justino, os demógrafos Joaquim Manuel Nazareth e Maria João Valente Rosa, os especialistas em média Manuel Pinto e Gustavo Cardoso, etc., etc. etc. (não inventario, apenas dou exemplos).

Por causa do contexto institucional, pós-25 de Abril, das ciências sociais e, em particular, da sociologia, todos conhecíamos múltiplas tradições nacionais, escolas teóricas e expressões linguísticas; e nenhum teve de esperar pela primeira tradução para inglês de Pierre Bourdieu ou Philippe Ariès para compreender a importância do respetivo contributo, ou a chegada dos seus ecos à América para reparar na obra de Jürgen Habermas. Dito pela positiva: a sociologia portuguesa nasceu paredes meias com a história, a economia, a antropologia, a ciência política e outras áreas que tratou como vizinhas próximas e às quais franqueou o seu território; soube conjugar a sociologia anglo-saxónica com a francesa e a alemã, os contemporâneos com os clássicos, Weber com Durkheim, Marx com Gramsci, Simmel com Adorno, Bourdieu com Giddens e Boudon, Foucault com Goffman; e percebeu a importância de pessoas escrevendo em português (como Florestan Fernandes ou Fernando Henrique Cardoso), ou escrevendo ou traduzidas em italiano ou espanhol.

E mais: em virtude da natureza profundamente democrática, aberta e plural da constituição do campo, as instituições de produção e ensino sociológico têm sobremaneira valorizado o encontro e o confronto de distintas abordagens e interpretações da realidade social, as quais têm autores de carne e osso, irredutíveis

ao último apelido, que escrevem para se dirigirem uns aos outros, propondo, discutindo, testando e melhorando, mais do que para acumular referências e citações, procurando construir (não tenhamos medo das palavras) obras próprias e significativas, e não apenas currículos. Para isso fundaram revistas, publicaram livros, ensinaram gerações de alunos, geriram departamentos e escolas, orientaram colegas, dirigiram associações, isto é, fizeram mais – e melhor, com mais valor acrescentando e maior utilidade pública – do que colecionar projetos e produtos da mesma fôrma, para subir em *rankings* o mais rapidamente e individualmente possível.

3.

Foi tudo um mar de rosas? Claro que não! Também houve tribalismo – e alguma tribo sociológica descambou mesmo em seita quase-religiosa, adorando o mestre como deus na terra e sacrificando-o, agora, com o mesmo excesso com que antes o adorara. Também houve várias tentativas de fechar o campo, de monopolizar encomendas, de cortejar as modas político-ideológicas, de impor unilateralmente critérios e métricas. Também houve e há percursos preguiçosos, que disfarçam com frases feitas, extraídas da última retórica popularucha, a falta de cuidado ou empenho em lidar com a complexidade e a dureza dos factos e dos dados. Como seria de esperar, na enésima demonstração de que não há processo de institucionalização em que não se perca, no instituído, alguma da frescura do instituinte, a consolidação e o desenvolvimento do campo sociológico português trouxeram elementos claros de alguma ordem hierárquica, de fechamento e competição entre escolas, disciplinas e laboratórios, de ajustamento pragmático às circunstâncias académicas. Mas, a meu ver, sem obliterar aquele conjunto de características que fizeram e fazem a força da sociologia portuguesa: o cosmopolitismo, a pluralidade, o cruzamento de disciplinas e de teorias, a autonomia, na palavra popperiana, a abertura.

Ora, estou como Sophia: se vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar. Não podemos ignorar o enorme risco que hoje corremos de enfraquecer ou até liquidar esta riqueza, por causa do império de uma sinistra indústria académica e editorial de formatação e uniformização do conhecimento de raiz (ou etiqueta) universitária. Uma ameaça que impende sobre a nova geração de sociólogos (e, em geral, de cientistas

sociais) e que, a concretizar-se, provocará uma perda irreparável no singular património da nossa disciplina.

De que falo? Pois falo de uma tendência que começa a invadir o campo e se vê crescer e, em muitos aspetos, dominar o modo como se organiza as carreiras, como se decide os financiamentos, como se hierarquiza as culturas e linguagens, como se normaliza as publicações, como se fecha os mercados – e, assim, como se doma (sim, presente do indicativo do verbo domar) o pensamento.

Nas carreiras do ensino superior e de investigação científica, uma absurda convergência entre a obsessão do garantismo contra qualquer tipo da impropriamente chamada subjetividade e a vontade de poder exercida, como é costume, pela ostracização de qualquer sombra de alteridade, vem propiciando a imposição de uma lógica absolutamente quantofrénica: renúncia a qualquer esforço – e risco – de avaliação da qualidade dos conteúdos, por via da simples contabilização do número de publicações ou outros itens de seriação. Não interessando o modo do desempenho – seja na elaboração de um argumento, seja na condução de um departamento, seja na direção ou orientação de um projeto –, mas sim o número, abstrato e vazio na sua frieza, dos desempenhos. Com, evidentemente, a inevitável tendência para afastar da série todos os desempenhos que não caibam imediata e folgadoamente, como as malas de cabina nas caixas de controlo das companhias de aviação, na fôrma-tipo. Ao mesmo tempo, esta fôrma vai-se estreitando: num número crescente de listagens, já não figuram as atividades de gestão, já não interessam as tarefas de extensão, já é quase irrelevante o ensino, e, pasme-se, já nem sequer cabem os livros!

A consequência não poderá deixar de ser a uniformização: muito orwellianamente, a equalização dos académicos, vinculados a um só molde-padrão que menoriza e afasta qualquer um ou qualquer uma que não se ajeite, que não caiba, que não cumpra, que divirja – que se singularize.

Dois instrumentos comandam esta pulsão à ordem do Mesmo: a hierarquização estatutária, definida por provas, concursos e outros meios de recrutamento e

promoção em universidades, politécnicos, centros e laboratórios; e o financiamento, nacional e europeu, dos projetos e unidades de investigação. Na primeira, impera a ostensiva desvalorização quer do pensamento reflexivo, que exige tempo de maturação, quer da entrega pessoal, profissional e cívica às tarefas coletivas (o ensino, a gestão, o interface com a economia e a sociedade), em favor de uma acumulação desenfreada de artigos – como se a produção torrencial não fosse, desde logo, indício de qualidade débil e de fraco empenho intelectual (pois que apresentar alguém dezenas de publicações num só ano é sintoma seguro de que qualquer coisa de errado se estará passando). Nos financiamentos, além da mesma pulsão do “publicar ou perecer”, a satisfação acéfala dos requisitos estandardizados, o alinhamento com as modas em curso, a escolha interesseira dos temas circunstancialmente em alta, a sobreposição da forma ao conteúdo e o envernizamento com truques de comunicação e marketing – e, do lado do sistema de avaliação, a presunção parola de que o especialista estrangeiro é sempre melhor, mesmo quando não sabe de língua, cultura, sociedade ou história portuguesa e estão em causa pesquisas sobre língua, cultura, sociedade ou história portuguesa, assim como a facilidade com que se deixa aos júris imporem as suas próprias agendas – estão contribuindo para a uniformização dos projetos, para a circularidade dos resultados e para a rotinização do pensamento científico.

Submetemo-nos, depois, ao inacreditável paroquialismo da rendição a uma só língua franca e a um só paradigma institucional e editorial. É o inglês, mas podia ser outra qualquer. Não é ser o inglês que irrita – corrija-se: não é bem o inglês, a bela língua inglesa, é um sucedâneo macarrónico dela – mas sim o facto de ser só uma, com o consequente fechamento da capacidade expressiva, da sensibilidade à diversidade empírica e da familiarização com distintas perspetivas teóricas e culturais. Facto que causa ainda mais indignação quando ocorre nas ciências sociais: como é que historiadores, geógrafos, economistas, antropólogos, sociólogos e politólogos, que desvendam como ninguém a natureza e os efeitos do imperialismo, da hegemonia, do monopólio, aceitam este imperialismo, esta hegemonia e este monopólio do instrumento essencial do pensar e do comunicar que é a língua? Porque fazem orelhas moucas a tudo o que a psicologia e a psicolinguística ensinam, e o Conselho

da Europa há tanto tempo incorporou: que o plurilinguismo é fator de desenvolvimento intelectual e de melhor compreensão dos outros e do mundo em redor de nós?

Não se trata de um processo “natural”, do triunfo de uma linguagem e um paradigma que tivessem adquirido supremacia somente por mérito próprio. Nada disso: ele é induzido e amplificado por decisões arbitrárias, baseadas em relações de força. São estruturas de poder que impõem o inglês, e fazem-no como um ato de dominação. Mesmo quando revelam, em si mesmas, uma profunda ignorância técnica – por exemplo forçando a comunicação em inglês de publicações sobre línguas e literaturas não anglófonas...

Durante muito tempo, é pura verdade, vivemos reféns de um fechamento intelectual motivado ou favorecido pelo uso exclusivo da língua nacional. Isso era e é um obstáculo à abertura e à internacionalização; teve e tem de ser combatido. Mas multiplicando as línguas usadas, diversificando os meios de comunicação internacional, pluralizando os públicos e as culturas a que nos dirigimos. E também fazendo valer internacionalmente o nosso próprio idioma como língua de cultura e ciência. Designadamente quando se trata de línguas tão robustas em cultura, como o francês, o alemão, o italiano, e línguas tão disseminadas e vivas como o espanhol, o mandarim, o árabe ou o português. E tirando partido das traduções, que são outras tantas pontes entre povos e culturas.

O nosso caso é particularmente gritante, porque deveria ser (e, em certos aspetos, formalmente é) uma prioridade assumida das autoridades nacionais acarinharem a afirmação do português como língua internacional de ciência e cultura e valorizar o desenvolvimento da comunidade pluricontinental que se vai construindo em torno dele.

Mas, insisto, não me move nenhuma espécie de nacionalismo, o meu combate é mesmo contra o paroquialismo: o paroquialismo de impor uma só língua (se se pode chamar língua ao inglês técnico das burocracias), empobrecendo radicalmente o cérebro daqueles que vão abandonando todas as demais, que deixam de ser capazes

de entender textos em francês, ou alemão, ou italiano, ou noutro qualquer idioma cientificamente relevante, e assim ficam mais pobres, mais isolados e, portanto, por mais tristemente irónico que isto seja, menos internacionalizados.

O meu rosário de queixas não acaba aqui. Só agora chego ao que mais me inquieta, que é a normalização das publicações. Já me referi ao enorme facilitismo (sim, facilitismo!) que é pôr de fora tudo o que não caiba no molde estreito do artigo editado em revista indexada numas poucas bases internacionais: isto é, não cuidar de saber de teses, atas de seminários e congressos, versões provisórias de trabalhos em curso e, como já vem sendo o caso em concursos de recrutamento para escolas de economia, até de livros; e, quanto aos artigos, para efeitos de seriação competitiva, limitar-se a contá-los, como se o respetivo conteúdo fosse, para tal propósito, impertinente. Mas é preciso denunciar mais perversões, como a tendencial (e, em certas disciplinas, até formalmente assumida) normalização da estrutura dos artigos aceites (como se fora do cânone metodológico, do tipo: introdução, revisão da literatura, apresentação das técnicas e dos dados, discussão dos resultados, conclusão, não houvesse mais nenhum caminho de descoberta e comunicação); a hiperconcentração nos autores mais recentes, como se, em ciências como a sociologia ou a economia, o que disseram clássicos escrevendo há 50, 100 ou mais anos, não fosse tantas vezes de uma enorme atualidade; ou o descarnamento dos investigadores, reduzidos a apelido e data, como se vivessem num magma de outro modo indiscernível. Ponto, confesso, que me causa particular irritação quando a revista em que pretendo publicar mo impõe, porque devo o muito que devo não a um qualquer V. Godinho ou a um qualquer J. Pinto, iguais a tantos outros, mas àquelas concretas pessoas chamadas Vitorino Magalhães Godinho e José Madureira Pinto, senhores de obras que valem pelo seu conjunto e admiráveis exemplos de sabedoria e labor. E, sim, preciso mesmo de separar sem qualquer equívoco o Max Weber que com tanto deleite leio e releio dessoutro M. Weber que hoje comanda certa bancada do Parlamento Europeu...

A fraude existe, como antes já existia. Mas talvez haja agora mais incentivos à fraude e menos defesas contra ela. Porque a entrega da determinação do mérito ao

funcionário que conta o número de artigos publicados em revistas indexadas no melhor quartil das bases mais prestigiadas, e ao programa que sonda de eventuais plágios, com renúncia quase completa à leitura e à avaliação qualitativa, conduz inevitavelmente a práticas, pelo menos deontologicamente incorretas, como as que multiplicam artificialmente as autorias e coautorias, reduzem os artigos a variações uns dos outros, ou combinam citações cruzadas.

Insisto: não se trata apenas de efeitos perniciosos no modo de comunicação, porque, pelo menos em ciências sociais, o pensamento é indissociável da linguagem; e quem aceita que lhe formatem e castrem a linguagem aceita que lhe funcionalizem o pensamento. Paralelamente, o poder de que hoje estão revestidos os avaliadores anónimos facilmente descambará em abuso, por exemplo, quando estes obrigam os avaliados a multiplicar as referências a autores que qualquer pessoa com dois dedos de testa conclui serem eles próprios...

Finalmente, se há área em que todas estas distorções me causam ainda mais urticária é a da ciência económica. Pois não é bom de ver que elas levam ao fechamento do mercado em que circulam e ganham valor os trabalhos científicos? Não são tão óbvios os monopólios que se formaram e abusam todos os dias da sua posição dominante? Não é evidente que o afunilamento das bases e dos quartis significativos para o reconhecimento das publicações beneficia as revistas e editoras (e instituições académicas, e centros de investigação, e sistemas nacionais...) já instaladas e prejudica, senão impede, o acesso dos novos entrantes – contrariando, portanto, a consolidação de uma estrutura mais democrática e, essa sim, verdadeira internacional, verdadeiramente universalizante, do campo académico mundial?

4.

Talvez me acusem de ressentimento, pessoal ou geracional; e, de facto, tenho pensado nessa hipótese com ganas autopsicanalíticas. Será esta indignação a enésima manifestação da resistência de mais uma velha guarda à inevitável passagem do tempo e aos inerentes ventos de mudança? Não sentiremos, eu e outros que raciocinam e se exprimem similarmente, o embaraço de quem, pelos

atuais critérios, já não teria tido a carreira que teve, reprovando vergonhosamente na maioria dos concursos hoje abertos? Não estaremos afinal a revelar o sempiterno desejo de conservar o poder a todo o custo?

Não sei: só posso oferecer algum trabalho adicional de clarificação. Não está em causa voltar ao passado dos doutoramentos que demoravam décadas, das provas e concursos com resultados predeterminados, dos artigos enfadonhos com mais notas do que texto, das separatas apenas transitadas entre confrades, dos volumes de homenagens ritualmente recíprocas, de academias circunscritas aos estreitos limites de uma vetusta universidade ou um pequeno país. O ponto não é recusar a avaliação entre pares, sem peias estatutárias nem subserviências receosas dos mais novos face aos mais velhos; não é temer a internacionalização, que evidencia a exiguidade da aldeia em que somos reis; não é subordinar a exigência ao formalismo e travar autoritariamente a competição meritocrática.

Não quero falar de ciências que não domino, mas pela sociologia, e pela sociologia portuguesa, posso falar: nunca foi assim. Como ficou lembrado na primeira secção deste manifesto, a institucionalização fez-se em ambientes e com procedimentos que estimulavam a abertura, o cosmopolitismo, a diversidade, o debate, a crítica, a argumentação pública, entre pares, decidida pelo valor dos argumentos, não pelo estatuto dos argumentadores. O multilinguismo é a sua marca genética, como são o pluralismo teórico e a prática interdisciplinar. E é tudo isso que a deriva contabilístico-burocrática e o fechamento dos mercados de financiamento, publicação e recrutamento põem em perigo.

Não se propõe o fim da avaliação de textos, como condição prévia e necessária da sua publicação, nem a saudável convivência entre especialistas internos e externos a cada campo a escrutinar, nem a circulação internacional de pessoas e obras, nem a comunicação em línguas de referência, nem uma elevada exigência nos processos de reconhecimento de escolas, centros, revistas e editoras. Pelo contrário: o que veementemente se contesta é a conversão de tudo isso em práticas ritualistas, descarnadas e devedoras mais da moda do que da substância. Práticas que

desprezam a avaliação da qualidade, como discussão franca e igualitária de natureza científica e com argumentos plurais; que rejeitam um entendimento suficientemente flexível do que é a hierarquia em ciência e do que são as condições institucionais necessárias para dar o tempo e o espaço indispensáveis para que os campos académicos nacionais ainda em desenvolvimento se possam desenvolver, para que as revistas ainda longe da liga principal possam crescer e aproximar-se dela, para que sejam múltiplas as formas de escrita científica, de publicação, de investigação, de comunicação, de intervenção.

E, por isso, é preciso dar combate, não só à loucura que se vai instalando no sistema científico como, sobretudo, à chã e interesseira ofensiva que se esconde por trás dela e visa impor o monismo disciplinar, o conformismo teórico, a rotina institucional, a hegemonia de um só paradigma e o domínio de bem lucrativos mercados por um reduzidíssimo número de agentes.

Sufocando a liberdade, a liberdade sem a qual não há verdadeiramente ciência.

E, se isto é condenável em qualquer área do saber, ainda mais o é nas ciências sociais – e é-o, em particular, numa ciência que emergiu e se afirmou tão livremente como foi e é a sociologia portuguesa.

Daí que, inquieto, eu não queira usar palavras brandas. E peça de empréstimo a mestre Gil Vicente, cuja linguagem tantas vezes me ocorre quando penso neste assunto, o título de uma peça sua: exortação à guerra. À guerra contra essa nova burocracia académica global que almeja invadir também o nosso território e que, se vier a ocupá-lo, há de implacavelmente destruir-lhe as melhores sementeiras.

Felizmente, na sociologia portuguesa as defesas estão sólidas, o que devemos à forma como ela se institucionalizou, de braço dado com a institucionalização da democracia. Por isso mesmo, convém não as desguarnecer, e usá-las firmemente contra os atacantes.

Na fase de resistência já me encontro. Sinto como dever irrenunciável um certo número de recusas: a não publicar em revistas ainda não indexadas, a seguir caninamente as normas de citação e referência que me pareçam absurdas, a deixar de publicar livros, a marginalizar todas as tarefas de gestão, pedagogia, extensão, interface, a fingir que não noto as banalidades que despejam, nas reuniões de avaliação, tantos avaliadores encartados, mas ignorantes das realidades sobre que trabalhamos; ou, como membro de júris, aceitar que apenas se conte o número de publicações, orientações ou cargos sem produzir nenhum juízo de valor sobre a respetiva qualidade.

Não basta, porém, resistir. Para ganhar uma guerra, é preciso mobilizar os interessados e a mais geral opinião, tarefa política e diplomática incontornável; conceber e executar um plano de operações adequado e eficaz. Tudo para forçar o adversário à única solução duradoura, que não é o esmagamento militar de uma das partes, mas um compromisso sustentável, que salvguarde os interesses legítimos de ambas.

Deixo o nível operacional para os oficiais mais novos, já bem ambientados às nomenclaturas e taxonomias que importa desconstruir; e ocupo os momentos de insónia a imaginar algumas bandeiras de mobilização. Com “nãos” solenes, enérgicos, inegociáveis: não à desumanização dos autores (reduzidos a inicial do nome próprio e último apelido), não à fôrma única, não ao império da enumeração, não às habilidades rasteiras para engordar publicações e currículos, não aos monopólios internacionais das publicações, não ao abuso de poder dos júris e avaliadores anónimos, não à tolerância face à fraude, não à castração da criatividade e à perseguição da singularidade e da dissidência. E não menos indispensáveis “sins”, sobre que se possa construir um sistema igualmente operativo, mas mais lógico e inclusivo: sim ao primado da qualidade sobre a quantidade, sim aos juízos de qualidade que não temem sê-lo, sim à internacionalização multipolar, multilinguística e pluriparadigmática, sim à reflexividade pessoal e institucional, sim à abertura a múltiplos conteúdos e expressões, sim à tentativa e erro e nova tentativa; sim, em suma, a uma racionalidade crítica de si mesma, a que se vai construindo através de

práticas rigorosas, avaliadas, persistentes, de conhecimento e por via da dialética produtiva entre a revisão constante e a acumulação progressiva desse mesmo conhecimento. Com o escrutínio, os exames, as provas, os júris, os concursos, as emulações, as classificações e, até, as hierarquizações que disto decorram, quer dizer, que decorram da lógica da cultura científica e salvaguardem a sua afinidade tão estrutural com a organização institucional de referência democrática – e não se ergam precisamente sobre o seu contrário, como acontece com a burocracia formalista que nos está cercando.

Às armas, pois! E, a quem disser que este não é um artigo científico porque não tem notas, nem referências, nem dados e é panfletário de cabo a raso, pois tenho a objetar que poucas vezes escrevi sobre coisa mais científica – porque a ciência digna desse nome reflete constantemente sobre as suas condições institucionais; e, às vezes, precisa mesmo de panfletos. De panfletos, manifestos, desabafos que rezinguem, que rosnem, que uivem aos mandarins e mandarinatos que ela própria vai gerando.

Augusto Santos Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464 - Porto, Portugal.

E-mail: asilva@fep.up.pt

Artigo recebido a 20/12/2024 e aceite para publicação a 30/12/2024.